



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2012.0000661746

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0003897-35.2004.8.26.0248, da Comarca de Indaiatuba, em que é apelante/apelado PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, é apelado/apelante TRANSPEN TRANSPORTE COLETIVO E ENCOMENDAS LTDA, Apelados RIVALDO JOSÉ CAMARGO, OSVALDO ASTOLFI DE ALMEIDA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), ISABEL CRISTINA ASTOLFI DE ALMEIDA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) e HDI SEGUROS S/A.

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso da empregadora e da litisdenunciada. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ARTUR MARQUES (Presidente sem voto), MELO BUENO E MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO.

São Paulo, 10 de dezembro de 2012.

Clóvis Castelo
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0003897-35.2004.8.26.0248

COMARCA: INDAIATUBA - 1ª VARA CÍVEL
APELANTES: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
TRANSPEN TRANSPORTE COLETIVO E ENCOMENDAS LTDA.
APELADOS: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
TRANSPEN TRANSPORTE COLETIVO E ENCOMENDAS LTDA.
RIVALDO JOSÉ CAMARGO
OSVALDO ASTOLF DE ALMEIDA E OUTROS
HDI SEGUROS S/A

VOTO Nº 22344

Ementa:

DIREITO CIVIL – INDENIZAÇÃO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – ÔNIBUS E MOTOCICLETA – INGRESSO EM VIA PREFERENCIAL - CULPABILIDADE. Havendo presunção de culpa do condutor que ingressa em via preferencial, ao lesado compete apenas provar o dano e a relação de causalidade. Invertendo-se o ônus da prova, ao réu incumbe o ônus de ilidir a presunção de culpa que o desfavorece. Não demonstrando a existência de fato modificativo ou extintivo do direito do autor, nasce a obrigação de indenizar.

Relatório.

Sentença acrescida de embargos de declaração que julgou parcialmente procedente ação de reparação de danos decorrente de

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0003897-35.2004.8.26.0248

acidente de veículo ocorrido aos 14.09.04, na av. Presidente Vargas, envolvendo a motocicleta de placa DLO 6609 conduzida por Osvaldo e o ônibus marca Scania, placa CNI 3884, de propriedade da ré e conduzido pelo preposto Rivaldo, condenando solidariamente os réus ao pagamento: à progenitora Silvana, de danos morais e lucros cessantes; à irmã Silvana, de danos morais, e à vítima Oslvado, danos materiais (R\$3.536,95) e morais no valor de vinte mil reais, além de lucros cessantes correspondentes à diferença entre a remuneração auferida na empregadora e o recebido a título de auxílio doença previdenciário. Recorrem as partes: a ré (fls. 557) pleiteia a inversão do julgado com a improcedência da lide uma vez que não restou demonstrada a culpabilidade do condutor do coletivo, nem mesmo ficou demonstrada a incapacidade do acionante, arguindo ilegitimidade de parte ao ressarcimento de danos materiais ante a ausência de prova do pagamento; dissente da indenização por danos morais em relação aos autores porque não houve qualquer limitação de capacidade, nem há prova de rendimentos não auferidos pela progenitora; alternativamente, pleiteia a redução do valor da indenização porque excessivo, bem como da verba honorária. A litisdenunciada Porto Seguro (fls. 541) pretende a isenção do ressarcimento das despesas médicas (R\$275,95) porque não demonstrada a culpa do condutor do coletivo, bem como assevera não ser responsável pelo pagamento de honorários e despesas sucumbenciais ante a ausência de resistência à denunciação. Contrarrazões às fls. 596, 615 e 619.

Fundamentos.

Consta dos autos boletim de ocorrência policial registrando declaração das partes e registro pelo policial que atendeu a ocorrência que a motocicleta se deslocava pela avenida Presidente Vargas e,

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0003897-35.2004.8.26.0248

ao chegar na rodoviária exatamente onde os ônibus saem, houve o choque entre a moto e o coletivo (fls. 116) e, apesar de não ter sido elaborado laudo de exame do local, o croqui existente na contestação fornece elementos que elucidam a ocorrência (fls. 130), onde se vê (fls. 31 e 33) que a avenida possui dupla mão de direção.

De proêmio, aprecia-se a questão da culpabilidade.

Na instrução processual, além dos depoimentos pessoais dos autores foram tomados os depoimentos de três testemunhas (fls. 503/514). A primeira testemunha assistiu ao acidente e declarou que o ônibus estava saindo da rodoviária e, ao ingressar na avenida para atravessá-la, interceptou a passagem da moto que estava em velocidade normal e próxima à calçada (fls. 504 e 505); a segunda, que atravessava a avenida, afirmou que a moto trafegava em velocidade compatível, e quando a depoente alcançava a calçada viu o ônibus ingressar na avenida e presenciou a colisão entre a parte frontal do ônibus que já tinha atingido o canteiro central (fls. 510); a terceira confirmou que Isabel, progenitora das vítimas, trabalha como acompanhante de pessoas idosas e pacientes, porém parou de trabalhar para acompanhar os filhos, que precisavam de socorro (fls. 513).

Na lição de Aguiar Dias e na exegese do artigo 159 do Código Civil, que guarda similaridade com os artigos 186 e 927 da atual lei substantiva, a responsabilidade civil tem como pressupostos indispensáveis: a) - o dano, que deve ser certo, podendo ser material ou moral; b) - a relação de causalidade, a "causal connexion", laço ou relação direta de causa e efeito entre o fato gerador da responsabilidade e o dano; c) - a culpa "lato sensu" dolo ou culpa.

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0003897-35.2004.8.26.0248

Em linha de princípio, a preferência de passagem era do condutor da moto que trafegava pela avenida, quando foi interceptada pelo coletivo dirigido por Rivaldo José, preposto da requerida, pois a jurisprudência estabeleceu algumas presunções de culpa, como a do motorista que colide contra a traseira do que lhe vai à frente, ou invade a contramão de direção ou adentra a via preferencial.

Havendo presunção de culpa, o lesado só tem de provar o dano e a relação de causalidade entre ele e a ação ou omissão do agente. Inverte-se o ônus da prova; ao réu incumbe o ônus de elidir a presunção de culpa que o desfavorece, como anota Carlos Roberto Gonçalves.

No caso em tela, inexistindo nos autos laudo do exame de local e/ou croqui identificador da localização do acidente, mas apenas fotografias sem indicativos (fls. 31/33), é de se concluir pela culpabilidade do condutor do coletivo, vez que há a preferência de passagem para os veículos que trafegam em via preferencial, portanto, não tendo os acionados produzido qualquer prova atinente à existência de fato modificativo ou extintivo do direito do autor (CPC, art. 333, II), permanece a responsabilidade das rés em ressarcir os danos materiais e morais.

A incapacidade do acionante restou demonstrada pelo laudo médico pericial elaborado pelo IMESC, concluindo que o periciando é portador de paralisia do nervo ciático poplíteo externo esquerdo, com discreta instabilidade no joelho esquerdo, e atualmente esta paralisia apresenta uma sequela do acidente que traduz uma invalidez parcial e temporária (fls. 430), ficando afastado do trabalho desde o acidente (set/04 a dez/05), quando obteve alta, voltando a trabalhar no supermercado em nova função, sendo que em razão disso faz jus aos lucros cessantes consistentes na diferença entre a

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0003897-35.2004.8.26.0248

remuneração percebida na empregadora e o valor do auxílio previdenciário. Os danos morais merecem pequena redução para o valor equivalente a vinte salários mínimos à data do arbitramento (R\$ 10.900,00), considerando as lesões corporais e o tempo que ficou afastado do emprego para recuperação, apresentando sequela de invalidez parcial. Os danos materiais referentes ao reparo da moto e despesas com o guincho (R\$ 3.261,00) são devidos porque comprovados.

À progenitora Isabel são devidos os lucros cessantes vez que ficou impedida de trabalhar durante o período de convalescença da vítima, assim, justifica-se o ressarcimento do valor mensal corresponde a um salário mínimo vigente à época dos fatos: de set/04 a maio/05 = R\$ 260,00, e de jun/dez/05 = R\$ 300,00, à mingua de comprovação de que percebia maior remuneração. Não são devidos os danos morais à menor Silvana e à progenitora Isabel vez que a primeira não apresentou manifestações clínicas ou limitações funcionais (fls. 341), enquanto a segunda não sofreu danos à sua honra.

Aprecia-se o recurso da litisdenunciada.

As despesas médicas (R\$ 275,95) de responsabilidade do segurador estão discriminadas nos documentos de fls. 42 e 57, portanto não merecem reparos. Não havendo recusa da denunciada Porto Seguro, não se justifica a sua responsabilidade em pagar despesas de sucumbência ao denunciante, provendo-se em parte o seu recurso.

Os honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação atendem aos parâmetros do § 3º do art. 20 da lei processual, portanto não merecem reparos.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0003897-35.2004.8.26.0248

Dispositivo.

Em assim sendo, **dá-se provimento parcial ao recurso da empregadora para os fins acima e da litisdenunciada para isentá-la do pagamento das verbas sucumbenciais ao denunciante.**

CLÓVIS CASTELO

Des. Relator

Assinatura Eletrônica